



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMERJ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Serviço de Licitações

Licitação Nº 005/2009

(Processo Administrativo Nº 236520/09)

1 – PREÂMBULO

1.1 - Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na **sala de aula nº 09**, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, localizada na Av. Erasmo Braga nº 115 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ., será realizada no **dia 29 de outubro de 2009**, a licitação nº **005/2009**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **menor preço por item**, visando à compra de diversos livros jurídicos, a fim de atender à solicitação da DIBIB - Divisão de Biblioteca da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e outros setores, doravante designada EMERJ, de acordo com o que determinam a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, as demais normas legais aplicáveis, bem como as cláusulas e condições deste edital.

1.2 - As propostas de preços e os documentos de habilitação serão colocados em 2 (dois) envelopes fechados e distintos, com identificação externa do seu conteúdo e devem ser **ENTREGUES** e **PROTOCOLADOS** no SELIC - Serviço de Licitações da EMERJ, localizado na Av. Erasmo Braga, nº 115 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ, até às **13h15min** da data acima designada, sendo **ABERTOS às 14h**, observado o devido procedimento legal.

1.2.1 – A certidão (subitem 4.1.1), assim como a procuração/credenciamento (subitem 5.1.1) e a declaração (subitem 5.1.2), serão entregues no mesmo momento em que serão entregues os envelopes de proposta e de habilitação, porém, **FORA DOS ENVELOPES**.

1.2.2 – Nos envelopes de Proposta e de Habilitação deverão constar na parte externa os seguintes dizeres:

1.2.2.1 - No envelope contendo a Proposta Comercial:

ENVELOPE “A”
“PROPOSTA COMERCIAL”
PREGÃO 005/2009
RAZÃO SOCIAL
CNPJ
ENDEREÇO DA PROPONENTE

1.2.2.2 - No envelope contendo a Documentação:

ENVELOPE “B”
“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
PREGÃO Nº 005/2009
RAZÃO SOCIAL
CNPJ
ENDEREÇO DA PROPONENTE

1.3 - Integram este edital os seguintes anexos:

- I - termo de referência;
- II - formulário padronizado de proposta de preços;
- III - modelo de declaração de habilitação (papel timbrado);
- IV - modelo sugestivo de carta de credenciamento;
- V - modelo de declaração (no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte).

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a compra de diversos livros jurídicos, conforme especificado no termo de referência (ANEXO I).

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa correrá pelo Código de Despesa nº 4.4.9.0.52.08, Programa de Trabalho nº 0362.02.061.014.22132, do orçamento da EMERJ.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar do certame a pessoa que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação, podendo ser ou não inscrita no Registro Cadastral do Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Praça Quinze de Novembro nº 2 - Térreo - Sala T - 05 – Centro- Rio de Janeiro - RJ.

4.1.1 - Para aplicação dos benefícios concedidos pela Lei complementar nº 123/06, a microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar certidão expedida, conforme o caso, pela Junta Comercial de seu domicílio (art 3º da LC.123/06 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, que demonstre esta condição, caso não conste no respectivo ato constitutivo a referida condição de microempresa e empresa de pequeno porte.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 - As Sociedades Empresárias participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu representante legal, mediante apresentação de :

5.1.1– Cédula de identidade (original e cópia), prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), documento do registro do licitante ou de seu ato constitutivo que comprove a capacidade do sócio ou do outorgante da procuração/credenciamento, onde deverão constar **poderes expressos para a formulação de propostas em lances verbais, para a interposição de recursos, bem como para os demais atos inerentes ao certame**, conforme modelo sugestivo (Anexo IV).

5.1.1.1 - Documento do registro do licitante ou de seu ato constitutivo, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedade empresária, registro do ato constitutivo (contrato social ou estatuto), no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) onde atua, com averbação na Junta Comercial onde tem sede a matriz;

a.2) Em se tratando de sociedade empresária individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial);

b) Em se tratando de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada da ata da assembléia de eleição da diretoria em exercício; e

b.1) No caso de o participante ser sucursal, filial ou agência, a inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde atua, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

c) Em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2 – Declaração de que não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06 (Anexo V), no caso de microempresa e empresa de pequeno porte.

5.2 - Cada credenciado poderá representar um único licitante.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - Acompanha este edital formulário padronizado de proposta que o licitante preencherá e inserirá no respectivo envelope, que deverá ser apresentado de acordo com o subitem 1.2.2.1.

6.2 - Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:

a) dados cadastrais;

b) assinatura do representante legal;

c) indicação do preço, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;

d) indicação dos números do CNPJ e da inscrição estadual ou municipal, os quais deverão ser os mesmos constantes nos documentos de habilitação;

e) indicação do número da conta-corrente no BANCO ITAÚ S/A e agência, para os licitantes estabelecidos neste Estado, ou no BANCO DO BRASIL S/A, para aqueles localizados em outro ente da Federação que deverá ter como titular o detentor do CNPJ da proposta comercial;

e.1) Se o (s) vencedor (es) do certame não possuir (em) conta-corrente conforme mencionado na alínea "e", este (s) providenciará (rão) a abertura da conta-corrente, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da publicação da homologação, no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, nas condições indispensáveis à emissão de nota de empenho.

f) indicação do nome, profissão, estado civil, nº de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) de seu representante, com poderes expressos para firmar o termo de contrato e/ou instrumento equivalente referido no item 10 deste edital;

g) facultativamente, o endereço eletrônico.

6.3 – O formulário de proposta de preços disponível no Anexo II poderá ser impresso e preenchido datilograficamente ou com caneta pelo licitante.

6.3.1 – A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, sob pena de desclassificação.

6.4 – Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

6.5 – Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros materiais de cálculo.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 – Os documentos de habilitação a seguir indicados, inclusive os indicados no subitem 5.1.1.1 caso não seja licitante credenciado, organizados com folhas numeradas sequencialmente, poderão ser apresentados ou no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidas por servidor da EMERJ. No caso dos documentos serem conferidos por servidor da EMERJ, estes deverão ser apresentados (cópias/originais) no SELIC- Serviço de Licitações da EMERJ, localizado na Av. Erasmo Braga, nº 115 – 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, anteriores à data marcada para abertura dos envelopes (subitem 1.1.). Os documentos de habilitação, que em qualquer das hipóteses, ficarão retidos nos autos, deverão ser apresentados de acordo com o subitem 1.2.2.2.

7.2 – Quanto à **regularidade fiscal**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao estabelecimento licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato social;

b) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da circunscrição fiscal do estabelecimento licitante, emitidas pelos órgãos arrecadadores:

b.1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;

b.2) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro, nos termos da resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004, exigência que se estende aos demais Estados onde haja tal vinculação, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

b.3) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre serviços de qualquer natureza, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal;

c) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante (INSS);

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.3 – Quanto à **qualificação econômico-financeira**, no presente pregão, cada licitante deve apresentar os seguintes documentos:

– certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial - Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a(s) certidão(ões) deverá(o) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionando o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falências e concordatas).

7.4 – No presente pregão, cada licitante deve apresentar declaração de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do inciso V, artigo 27 da Lei federal nº 8666/93, conforme regulamentado pelo Decreto federal nº 4358, de 05 de setembro de 2002.

7.5 – Na comprovação da **regularidade fiscal de microempresa ou de empresa de pequeno porte**, se necessário, serão observados os termos do art. 43, § 1º e 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

7.6 – O Registro Cadastral do Tribunal de Justiça – RC/TJ e os documentos ali elencados, desde que estejam em seu prazo de validade, substituem as exigências contidas no subitem 7.2 e 7.3 deste edital, exceto o documento do subitem 7.4.

7.7 – O pregoeiro poderá verificar, se necessário, a regularidade dos documentos trazidos pelo licitante ao certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

7.8 – Os documentos de habilitação contidos nos envelopes que forem abertos na Sessão, pelo Pregoeiro, ficarão retidos nos autos.

7.9 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com o adjudicatário, devendo as sociedades empresárias retirá-los em até 5 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.

7.10 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ idêntico para todos os documentos. Se o licitante for participar com a documentação da matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial. Respeitada a norma do subitem 7.2, alínea “c” (INSS).

8 - DO JULGAMENTO

8.1 - Iniciada a sessão pública, e encerrado o procedimento de credenciamento, o Pregoeiro procederá à abertura do **ENVELOPE "A" - PROPOSTA COMERCIAL**, à verificação de conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e à divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

8.1.1 - Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.1.2 - Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo Pregoeiro.

8.2 - Em seguida, o Pregoeiro classificará o licitante autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço e desclassificará desde logo as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.3 - Quando não forem verificadas no mínimo três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem 8.2, o Pregoeiro classificará as três melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.4 - As propostas escritas classificadas serão ordenadas em sequência crescente dos preços cotados e aceitáveis. Em caso de empate, proceder-se-á a sorteio imediato, para definição da ordem de apresentação de lances verbais.

8.5 - Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelos proponentes classificados.

8.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar novos lances verbais e sucessivos, a começar pelo licitante autor da proposta classificada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação do vencedor.

8.7 - A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, impede o licitante oferecer novos lances, fixando-se o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas, salvo quando microempresa ou empresa de pequeno porte, no caso do empate previsto no subitem 8.11.

8.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas conforme os respectivos lances finais, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e ao valor.

8.9 - Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, desclassificando-se a proposta cuja cotação o exceda ou seja, manifestamente, inexequível.

8.10 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço por item observados os prazos máximos para o fornecimento do material, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

8.10.1 - Como critério para aceitabilidade de preço adotar-se-á o do preço máximo por item na fase de lances verbais, cujo valor é o do termo de referência (Anexo I) desclassificando-se as propostas cujas cotações o excedam ou sejam manifestamente inexequíveis.

8.11- Será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte que apresentarem propostas iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, configurando assim o empate ficto, como critério de desempate, o seguinte procedimento:

8.11.1 – No caso de serem idênticos os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.11, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro apresentará melhor oferta;

8.11.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será declarada vencedora;

8.11.3 – Não ocorrendo proposta inferior na forma do subitem 8.11.2, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 8.11, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.11.4 – Não havendo vencedor nos termos previstos no subitem 8.11, o Pregoeiro passará a examinar a aceitabilidade da proposta originalmente vencedora;

8.11.5 - O disposto no subitem 8.11 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa;

8.12 - Aceita a proposta, será aberto o ENVELOPE "B" do licitante que a formulou para confirmação

das suas condições de habilitação;

8.12.1 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8.12.2 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Pregoeiro deverá declarar o licitante vencedor.

8.12.3 - Caso o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

8.13 - No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação e apresentação da certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, podendo tal prazo ser prorrogado por idêntico período, a critério da Administração.

8.13.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.13, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, sendo facultado à Administração convocar para contratar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar esta licitação.

8.14 - Nas hipóteses dos subitens 8.11.3 e 8.12.3, o Pregoeiro realizará o procedimento na mesma sessão pública ou, se necessário, em outra data. Ele notificará aos participantes com registro em ata, via fax, como também no site da EMERJ, da data, hora e local em que se dará continuidade ao certame.

8.15 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante, objetivando proposta mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

8.16 - Declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro indagará se há licitante interessado em recorrer, não havendo, adjudicará o objeto ao vencedor.

9 - DO RECURSO

9.1 - Declarado o vencedor de cada item, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer de qualquer ato do pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos motivos, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões no mesmo prazo que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará decadência do direito de recorrer na esfera administrativa, autorizando o pregoeiro a adjudicar o objeto da licitação ao proponente vencedor.

9.3 – No caso de a Administração vir a convocar para contratar os licitantes remanescentes, o pregoeiro retomará o procedimento em sessão pública, na qual examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de sua classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor. Será dado aos licitantes presentes o direito de recorrer apenas quanto à habilitação do novo vencedor e ao novo melhor preço, se oferecido, com base no Inciso 23 do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

10 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1- O prazo para a formalização do contrato é de até 07 (sete) dias úteis, conforme subitem 10.2.2 do edital.

10.2. – Caso o adjudicatário não tenha informado na Proposta Comercial os nºs da sua conta-corrente e agência no Banco Itau S/A. ou Banco do Brasil S/A., este deverá fazê-lo à DIFIN - Divisão de Finanças da EMERJ, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por fax - (021) 3133-3378 ou (021) 3133-3379, a contar da adjudicação do objeto pelo pregoeiro.

10.2.1- Se o licitante vencedor não possuir conta nos bancos acima mencionados, deverá providenciar sua abertura, conforme subitem 6.2, alíneas e.1 e e.2, informando à DIFIN em 24 (vinte e quatro) horas, após expirado o prazo final (subitem 6.2, alínea e.1), os números da conta-corrente e agência.

10.2.2 – O adjudicatário receberá do SELIC - Serviço de Licitações da EMERJ, após publicação da homologação da licitação no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, cópia da NAD/EMPENHO, via fax, **devendo confirmar, imediatamente, o seu recebimento** e/ou comparecer ao SELIC para retirá-la no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da confirmação de recebimento do fax.

10.3 – O fato de o adjudicatário, convocado no prazo de eficácia de sua proposta, não atender ao descrito no subitem 10.2.2, importará em não celebrar o contrato e, independentemente de sua sujeição às sanções do art. 7º da lei federal nº 10.520/2002, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo este declarado vencedor.

10.4 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão à Divisão de Biblioteca da EMERJ, a qual o contratado deverá apresentar-se imediatamente após a formalização ou retirada do instrumento contratual.

10.5 – Além do que consta no termo de referência, a Administração poderá obrigar o contratado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam.

10.6 – A EMERJ poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

10.7 – O prazo de entrega única dos materiais é de até 10 (dez) dias úteis contados da confirmação do recebimento da NAD/EMPENHO, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93.

10.8 – A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no termo de referência.

10.9 – A EMERJ poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº. 8.666/93.

10.10 – O Contratado manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.11 – O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - O material deverá ser entregue, de uma só vez, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da confirmação do recebimento da NAD/EMPENHO**, na DIBIB – Divisão de Biblioteca da EMERJ, localizada na Rua Dom Manuel, 37, 1º andar, T.J., Lâmina III, Centro – Rio de Janeiro – RJ.

11.1.2 - O (s) adjudicatário (s) deverá (ão) emitir as notas fiscais atendendo à ordem por editora de acordo com o Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

11.2 - O contratado deverá avisar, **obrigatoriamente**, sobre a data de entrega do **material** com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, pelos telefones: **DIBIB(0xx21) 3133- 6813 ou 6811**.

11.2.1 - É de inteira responsabilidade do contratado, no momento da entrega, o descarregamento da mercadoria no local determinado no subitem 11.1, consoante agendamento pelos telefones indicados no subitem 11.2.

11.3 - O material será objeto de recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “a”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.4 - O material será objeto de recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei federal nº 8.666/93.

11.5 - O contratado fica obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o recebimento previsto no subitem 11.3 não importará sua aceitação.

11.6 – **A edição para todas as obras, na data da entrega, deverá ser a última, atualizada e publicada pela editora.**

12 - DAS SANÇÕES

12.1 – Quem, convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de ter cancelado o respectivo registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e no termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

12.2 - Ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, observados os princípios da ampla e prévia defesa, contraditório e proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, com ou sem prejuízo para o serviço (Lei estadual nº 287/79, art. 226, Decreto 3149/80, art. 87);

b.1) multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso na execução, por culpa do contratado, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

12.3 - A penalidade de multa poderá ser cumulada com qualquer das demais.

12.4 - A penalidade de multa não tem natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do contratado por danos causados ao contratante.

12.5 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha o contratado em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

13 - DO PAGAMENTO

13.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) ao(s) contratado(s), desde que cumprida a obrigação a que se referir a fatura/nota fiscal emitida pelo estabelecimento contratado, será(ão) efetuado(s) no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de entrega da Nota Fiscal e através de crédito em conta no BANCO ITAÚ S/A ou no BANCO DO BRASIL S/A (conforme o disposto no subitem 6.2 “e”). A fatura/nota fiscal deverá ser atestada e visada pelo órgão de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

13.1.1 - Como condição para que o pagamento seja efetuado, o contratado deverá apresentar, junto com a fatura, os comprovantes de recolhimentos ao INSS e ao FGTS, relativos à atividade objeto do contrato.

13.2 – Caso se faça necessária a retificação da nota fiscal/fatura por culpa do contratado, o prazo terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da mesma no órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

13.3 – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível ao Contratado, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.

13.4 - Entende-se por atraso o período que exceder ao previsto no subitem 13.1.

13.5 – Ocorrendo atraso na execução, por culpa do contratado, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente da notificação ou interpelação.

14 - DAS INFORMAÇÕES

14.1 – O SELIC, Serviço de Licitações da EMERJ, prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, na Av. Erasmo Braga nº 115, 4º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ., pelos telefones (21) 3133-3381 ou (21) 3133-1891.

14.2 - O edital e anexos estão disponíveis na íntegra no endereço eletrônico www.emerj.tjrj.jus.br.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – A EMERJ poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei federal nº 8.666/93.

15.2 - Não serão admitidas a esta licitação pessoas: (a) suspensas do direito de licitar e de contratar com a Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; (b) declaradas inidôneas, vigente a penalidade, por autoridade federal, estadual ou municipal; (c) sob regime de insolvência, falência, concordata ou recuperação judicial (art. 52, II da Lei nº 11.101/05).

15.3 - Impugnações e/ou pedidos de esclarecimento referentes a este edital deverão ser dirigidos ao pregoeiro e encaminhados e protocolados no SELIC , Serviço de Licitações da EMERJ, Av. Erasmo Braga, 115- 4º andar, Centro, nesta cidade, em até 02 (dois) dias úteis antes da data indicada no subitem 1.1 deste edital.

15.4 - Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei federal nº 8.666/93.

15.4.1 – A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no Art. 64 § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

15.5 - Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2009.

Maria de Fátima Pinto Santos
Diretora do Departamento de Administração
Matr.:10/90815

Aprovo o Edital.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2009

Gisele Sayde de Azevedo
Pregoeira